

9.1 Sociolingüística, etnolingüística e psicolingüística

Até o momento não existe um modelo teórico amplamente aceito dentro do qual a linguagem possa ser estudada, macrolingüísticamente, de vários pontos de vista diferentes, igualmente interessantes: social, cultural, psicológico, biológico etc. (v. 2.1). Além disso, é no mínimo duvidoso que tal modelo teórico geral seja um dia elaborado. É importante ter isto em mente.

Poucos lingüistas hoje concordariam com os princípios positivistas do reducionismo da mesma forma que Bloomfield e seus companheiros da Unidade da Ciência o fizeram há meio século (v. 2.2). Mas existem muitos lingüistas que defendem um tipo mais limitado de reducionismo, dando prioridade às ligações entre a lingüística e uma, ao invés de outra, das várias disciplinas pertinentes à linguagem. Alguns, como Chomsky e os gerativistas, vão enfatizar os pontos de contato entre a lingüística e a psicologia cognitiva; outros nos dirão que, já que as línguas são uma instituição social, tanto do ponto de vista de sua manutenção quanto de seu funcionamento, não há, em última instância, nenhuma distinção a fazer entre a lingüística e a sociologia ou a antropologia social. É natural que um grupo de estudiosos, em virtude de suas tendências, de sua educação ou de seus interesses especiais, adote um desses dois pontos de vista em detrimento do outro. O que tem que ser condenado é a tendência daqueles que adotam um determinado ponto de vista nesse assunto de apresentá-lo como o único cientificamente justificável. Existem hoje vários ramos reconhecidos da macrolingüística — a psicolingüística, a sociolingüística, a etnolingüística etc. — que são todos interdisciplinares no sentido de que, da maneira como são praticados, envolvem o uso de técnicas e conceitos teóricos provenientes de duas ou mais disciplinas. Apesar de afirmações em contrário em alguns dos livros didáticos introdutórios mais doutrinários, a lingüística não está mais próxima de nenhuma das disciplinas com as quais colabora na pesquisa macrolingüística interdisciplinar do que de qualquer outra.

Não lidamos apenas com o fato de que não existe um modelo teórico amplamente aceito dentro do qual todas as disciplinas que tratam da lin-

guagem possam ser inter-relacionadas satisfatoriamente. Muitas dessas disciplinas estão envolvidas em disputas demarcatórias entre si e têm as suas próprias controvérsias internas: Qual a diferença entre a sociologia e a antropologia? Como integrar a psicologia cognitiva com a psicologia social? Perguntas como essas afetam inevitavelmente o conceito de áreas interdisciplinares como a sociolingüística, a etnolingüística e a psicolingüística. Não surpreende, portanto, que haja diferenças de opinião quanto à maneira como uma ou outra dessas áreas deveria ser definida e circunscrita, nem que os livros didáticos disponíveis no momento reflitam tais diferenças.

Segundo a definição mais ampla de sociolingüística (que muitos especialistas rejeitariam justamente por ser ampla demais), trata-se do "estudo da linguagem em relação à sociedade" (v. Hudson, 1980: 1). Podemos adotar o mesmo ponto de vista e definir etnolingüística como o estudo da linguagem em relação à cultura — considerando 'cultura' no sentido em que é usada em antropologia e de um modo mais geral nas ciências sociais (v. 10.1). Mas a cultura, neste sentido, pressupõe a sociedade; e a sociedade, por sua vez, depende da cultura. Segue-se que, nas definições mais amplas de 'sociolingüística' e 'etnolingüística', os dois ramos da macrolingüística a que os termos se referem vão se sobrepor consideravelmente. Cada um dos ramos torna-se mais estreitamente circunscrito pelo acréscimo às definições da condição de que as finalidades orientadoras da teoria e da pesquisa sejam primordialmente lingüísticas, e não sociológicas, antropológicas, psicológicas etc.: de que tais finalidades estejam relacionadas primordialmente à pergunta "O que é a linguagem?" (v. 1.1). Mas esta condição adicional não reduz de modo significativo o grau de justaposição.

Em vista do que acabou de ser dito ficará claro que a divisão de material entre este capítulo e o próximo é um tanto arbitrária. Nenhum dos dois reivindicaria para si, de qualquer modo, a qualidade de ser inclusivo no tratamento do campo que descreve. O que fiz foi distribuir alguns dos tópicos que têm sido discutidos e investigados recentemente segundo eles se relacionem primordialmente à estrutura das sociedades ou às suas crenças e práticas. Dada a situação atual, tal distinção é, às vezes, um tanto artificial.

Até mesmo a distinção entre psicolingüística, por um lado, e sociolingüística ou etnolingüística, por outro, pode causar problemas — quanto mais se a psicolingüística for definida amplamente como o estudo da linguagem e a mente. E muito do que é atualmente estudado em outros ramos da macrolingüística teria sido classificado como psicolingüística há vinte anos. Existe modismo nesse assunto, como em tudo mais. Por exemplo, é moda agora os psicolingüistas estarem mais interessados no que é biologicamente determinado e universal do que em variação de-

terminada social e culturalmente. Os sociolingüistas, por outro lado, tendem a se concentrar muito na variação lingüística. Mas essa diferença de atitude e de ênfase não deve ser considerada como criteriosa na definição seja de 'psicolingüística', seja na de 'sociolingüística'. Não há motivo, em princípio, para os psicolingüistas não se interessarem pela diversidade e variabilidade da linguagem humana: nem, ao contrário, para os sociolingüistas não se interessarem pelos universais lingüísticos e sociais. No capítulo anterior sobre a linguagem e a mente pouco foi dito sobre os determinantes sociais e culturais, enquanto distintos dos biológicos, da estrutura lingüística. Foi observado, no entanto, que tem havido alguma pesquisa psicolingüística em torno da chamada hipótese de Whorf ou Sapir-Whorf (v. 8.5). Isto será tratado com mais detalhe no capítulo 10 como 'Linguagem e cultura'. Entretanto, seria tratável com a mesma naturalidade sob a rubrica 'Linguagem e mente'.

9.2 Sotaque, dialeto e idioleto

A dimensão de variação lingüística que é tratada em termos da escala língua-dialeto-idioleto foi introduzida antes em relação à ficção da homogeneidade (v. 1.6). Também o foi a distinção entre sotaques e dialetos. Nesta seção estamos interessados no significado social deste tipo de variação lingüística.

A diferença mais óbvia entre os termos 'sotaque' e 'dialeto' é que o primeiro é restrito a variedades de pronúncia, enquanto o segundo inclui também diferenças de gramática e vocabulário. No uso do dia-a-dia eles são confundidos com freqüência. Por exemplo, poderíamos considerar alguém que fala o inglês-padrão com um sotaque popularmente descrito como sotaque regional forte como se estivesse falando em dialeto. A expressão 'em dialeto' está sendo utilizada aqui, como é usada comumente por leigos, significando "em dialeto que não o inglês-padrão". A expressão 'com sotaque' é empregada de maneira semelhante na Grã-Bretanha, e especialmente na Inglaterra, significando "com um sotaque diferente do da RP" (v. 3.2) ou, alternativamente, "com um sotaque diferente daquele a que estou habituado".* Todo mundo fala num ou noutro dialeto, assim como todo mundo fala com um ou outro sotaque. É bem possível que pessoas diferentes falem o mesmo dialeto mas com sotaques marcadamente diferentes. Com muita freqüência termos como 'Cockney' [a fala típica do lado oriental de Londres], 'Geordie' [a fala de Newcastle e Tyneside] e 'Scouse' [a fala de Liverpool] são usados para se referir àqueles cujo dialeto, tanto em gramática quanto em vocabulário, é classificável como inglês-padrão, para todos os efeitos. Logo trataremos da importância social da distinção entre os dialetos padrão e não-padrão (v. 9.3). O que temos que enfatizar aqui é a relevância de não confundir, digamos, 'RP' e 'inglês-

padrão' (da maneira como tendem a ser confundidos no uso de expressões do dia-a-dia como 'o inglês da rainha' ou 'o inglês da BBC') quando se descreve a fala dos habitantes da Grã-Bretanha, e mais particularmente da Inglaterra.

Vale a pena observar também que termos como 'inglês britânico' e 'inglês americano' são empregados freqüentemente de maneira descuidada, mesmo por lingüistas, como se se referissem a dois dialetos relativamente uniformes da mesma língua. É claro que existem muitas diferenças lexicais entre a fala do americano médio instruído e a do inglês, do galês, do escocês, ou do irlandês médios instruídos: 'elevator' vs. 'lift' [elevador], 'gas' vs. 'petrol' [gasolina] etc.* Mas a maior parte do vocabulário do inglês-padrão americano e, na proporção em que tal coisa existe, do inglês-padrão britânico, é idêntica. O mesmo pode ser dito da estrutura gramatical, embora haja construções ou formas de palavras que são caracteristicamente americanas (*It is important that you not come; gotten*; etc. [respectivamente, "É importante que você não venha" e "alcançado"]) ou caracteristicamente britânicas (*in hospital* ["no hospital"], *between you and I* ["entre você e eu"] etc.).** Mas tais construções e formas não são numerosas no que diz respeito aos dialetos-padrão dos dois países e algumas delas não são utilizadas por toda a América ou Grã-Bretanha.

O termo 'inglês britânico' induz a erro de um modo em que 'inglês americano' (ou 'inglês australiano', 'inglês indiano', 'inglês do Caribe' etc.) não o faz. O que normalmente se quer dizer com 'inglês americano' é "inglês-padrão tal como falado (ou escrito) nos Estados Unidos". A maioria dos autores que utilizam o termo 'inglês britânico', no entanto, restringe o significado do termo tacitamente a "inglês-padrão tal como falado (ou escrito) na Inglaterra". Existem, é claro, bons motivos de ordem sócio-política para fazê-lo, já que foi esta a versão do inglês-padrão que serviu às finalidades de administração e educação por todo o império britânico. Não obstante, o termo 'inglês britânico' induz a erro na medida em que pode dissimular o fato de que o inglês escocês e o inglês irlandês encontram-se na mesma relação com o inglês da Inglaterra do que o inglês americano. E ambos diferem do inglês britânico, no sentido que normalmente é atribuído ao termo, mais do que, por exemplo, o inglês australiano ou indiano. Com efeito, seria mais razoável classificar o inglês australiano ou o inglês indiano como 'inglês britânico' do que o inglês escocês ou o irlandês. Encarados de um ponto de vista geral, todos podem certamente

* Cf. entre o português do Brasil e o de Portugal, respectivamente, 'as crianças'/'os moleques' vs. 'os putos'; cf. entre dialetos regionais do Brasil 'abóbora' vs. 'jerimum', 'aipim' vs. 'macaxeira' etc.

** Cf. 'Estou falando', do português do Brasil, com 'Estou a falar', do de Portugal.

ser considerados como variantes ligeiramente diferentes do mesmo dialeto. Comparado com muitas línguas faladas em grandes extensões geográficas, o inglês é altamente padronizado, tanto do ponto de vista da gramática, quanto do vocabulário (v. 9.3).

Como vimos antes, dois sistemas lingüísticos são o mesmo (independentemente do meio em que se manifestam) só e somente se são isomórficos (v. 2.6). É porque sistemas lingüísticos fonologicamente idênticos podem se realizar diferentemente no meio fônico que faz sentido falar do mesmo dialeto de uma língua pronunciado com tal ou qual sotaque (v. 3.4). Pois 'sotaque' compreende todo tipo de variação fonética, inclusive aquele que é subfonêmico no sentido de que nunca é considerado como a base de contraste funcional, como essa noção é normalmente aplicada pelos fonólogos. Por exemplo, a presença ou ausência da distinção fonética entre os chamados alofones escuros (isto é, velarizados: v. 3.3) e claros (não-velarizados) do fonema /l/ em inglês é irrelevante funcionalmente no sentido restrito de 'funcional'. Certamente é relevante para a identificação do sotaque de uma pessoa. O mesmo acontece com a qualidade particular do alofone que ocorre em certas posições: o grau de velarização, juntamente com diferenças fonéticas associadas, serve para distinguir o sotaque de Bristol e do sudoeste da Inglaterra do de muitas outras regiões (v. Hughes & Trudgill, 1979). Tomando outro exemplo: existe um grau de nasalidade bastante perceptível na pronúncia de vogais, em certas posições, em muitos sotaques americanos, e este é um dos vários indícios (incluindo outras diferenças de qualidade vocálica, para não mencionar diferenças prosódicas: v. 3.5) que servem para distinguir a maioria dos americanos dos não-americanos pelo sotaque. Mais uma vez, isto é não-funcional no sentido restrito.

Mas existem outras diferenças de sotaque que podem afetar a identificação de formas. Por exemplo, a diferença fonêmica que é exemplificada em muitos sotaques de inglês, inclusive na RP, pelo contraste vocálico de pares como *put* : *putt* ["colocar", "bater na bola"], *could* : *cu'd* ["poderia", "alimento existente no primeiro estômago do ruminante"], *butcher* : *butter* ["açougueiro", "manteiga"] etc., não se encontra nos sotaques do norte e do centro da Inglaterra. Conseqüentemente, existem formas — sobretudo o infinitivo, o presente simples e o particípio presente de 'put' e 'putt' que são distinguidas na RP, mas não numa pronúncia típica do norte ou do centro. Diferenças de contexto (inclusive aquelas que derivam de diferenças sintáticas entre 'put' e 'putt') normalmente esclarecem, como também o fazem o inglês escrito, se *putting* é uma forma de 'put' ou de 'putt'. Entretanto, temos aqui uma diferença de sotaque correlacionada a uma diferença de dialetos: os sistemas lingüísticos subjacentes não são isomórficos no nível fonológico.

Os termos 'sotaque' e 'dialeto' não são, portanto, complementares, como poderia ter sido sugerido por nossa discussão anterior sobre a possibilidade de se falar o mesmo dialeto — e particularmente o inglês-padrão — com um sotaque ao invés de outro. Aquilo que é um dialeto uniforme em sua essência, tanto do ponto de vista da gramática quanto do vocabulário, pode ser associado a vários sistemas fonológicos mais ou menos diferentes. É esta a situação com o inglês-padrão. Por exemplo, os sistemas vocálicos dos vários sotaques do inglês escocês e do inglês irlandês estão longe de serem isomórficos em relação a RP ou a qualquer outro sotaque do inglês, em termos do critério do contraste funcional.

O que torna a noção de sotaque tão importante sociolingüística-mente, apesar de se sobrepor à de dialeto, é que os membros de uma comunidade lingüística reagem freqüentemente a diferenças de pronúncia subfonêmicas e fonêmicas da mesma maneira, como indicadores da proveniência regional ou social do falante. Na medida em que isso ocorre, seja conscientemente ou não, as chamadas diferenças subfonêmicas podem ser consideradas significativas socialmente, se não do ponto de vista descritivo (v. 5.1). Ao contrário do que muitos lingüistas afirmaram, os falantes nativos de uma língua não deixam necessariamente de notar a variação puramente alofônica. Por exemplo, a pronúncia de uma oclusiva glotal entre vogais como alofone de /t/, característica de muitos dos sotaques urbanos da Inglaterra e da Escócia (inclusive de Londres, Manchester e Glasgow), é tão óbvio para a maioria dos falantes de inglês quanto a chamada queda do agá no início de palavras. A ocorrência de uma oclusiva glotal em outras posições, no entanto, pode não ser tão óbvia.

A questão é que certas diferenças fonéticas entre sotaques podem ser estigmatizadas pela sociedade, da mesma forma como certas diferenças lexicais e gramaticais entre dialetos o são. Pais e professores tentam freqüentemente eliminar o que consideram como marcas de *status* social inferior ou como regionalismos. Mesmo se não são bem-sucedidos, eles terão desempenhado a sua função no perpetuamento na crença geral na comunidade lingüística de que a pronúncia tal é indicadora de inferioridade social ou de educação, e isto tem como efeito aumentar a sensibilidade da maioria das pessoas em relação ao assunto. Entre as muitas diferenças de sotaques, às quais os membros de uma comunidade lingüística reagem globalmente, sem se darem conta, necessariamente, daquilo que torna precisamente a fala de outra pessoa diferente da sua própria fala, pode haver algumas que são particularmente significativas e que eles não sentem dificuldade de identificar. Na Inglaterra os agás apagados e as oclusivas glotais intervocálicas enquadram-se nesta categoria, sobretudo para aqueles que aspiram a um *status* social mais alto do que o que, de outra forma, lhes seria atribuído. A ausência de [r] antes de consoantes em formas como *farm* ["fazenda"], *farther* ["mais longe"] etc., é estig-

matizada em Nova York por motivos semelhantes, mas não na Nova Inglaterra — e sem dúvida não na Inglaterra, onde constitui um traço característico da RP.

Tudo isso é familiar aos lingüistas, de longa data, e também aos leigos razoavelmente observadores e inteligentes. Também o é o fato de que, em muitos países, mas em proporções particularmente altas na Inglaterra, há mais variação regional na fala dos que se situam mais baixo na escala social do que na fala dos que estão mais alto. Foi calculado que não mais do que 3% da população da Inglaterra fala com sotaque RP, o que não dá nenhuma indicação das origens regionais do falante e é o produto, na maioria dos casos, de uma educação de escola pública. Uma percentagem bem maior da população tem um sotaque que se aproxima da RP sob muitos pontos de vista criteriosos (a pronúncia de *bath* ["banho"] etc.), mas que também contém indicadores das origens geográficas do falante. Trabalhos recentes em sociolingüística confirmaram esse estado de coisas e também que, na grande maioria dos exemplos, quanto mais baixo a pessoa estiver na escala social (em termos de educação, renda, profissão etc.) mais o seu sotaque vai diferir da RP e mais será marcado regionalmente.

No entanto, algo muito mais interessante foi descoberto por meio de técnicas de levantamento de dados utilizadas pela primeira vez por William Labov na América. Consiste no fato de que o sotaque e o dialeto de uma pessoa varia sistematicamente segundo a formalidade ou informalidade da situação em que se encontra. Por exemplo, os nova-iorquinos não podem ser classificados simplesmente em termos de se colocam ou não um [r] antes das consoantes em *farm*, *farther* etc. A maioria dos nova-iorquinos de classe média tem ambas as pronúncias. Em termos gerais, quanto mais alto o *status* social, maior será a incidência de formas com um [r] pré-consonantal na fala informal e relativamente não controlada. Quando se trata de situações mais formais, no entanto, descobriu-se que os falantes de classe média baixa têm uma incidência maior de [r] pré-consonantal do que os falantes de classe média alta. Isto tem sido plausivelmente interpretado como devido à maior sensibilidade dos menos seguros e mais ambiciosos socialmente. Conclusões semelhantes em termos amplos foram alcançadas na investigação sociolingüística de sotaque e dialeto na Grã-Bretanha (v. Trudgill, 1978). Especialmente interessante é a descoberta de que, tanto na América quanto na Inglaterra, as mulheres têm mais probabilidade de adotar o sotaque ou dialeto em geral associado com *status* social mais alto do que os homens.

Existem várias razões pelas quais as mulheres poderiam ser, tanto do ponto de vista lingüístico quanto de outros, mais conscientes de normas e de *status* do que os homens nas sociedades ocidentais modernas. Entre

as que foram apresentadas e têm algum apoio empírico no que diz respeito ao uso de RP na Inglaterra encontra-se o fato de que, enquanto a conservação de um sotaque local está associado a virilidade e a lealdades grupais para muitos homens da classe trabalhadora do norte, o uso de RP por mulheres do norte faz com que elas sejam classificadas favoravelmente por outras segundo um número de dimensões avaliatórias, algumas das quais são normalmente associadas à masculinidade (competência profissional, capacidade de persuadir etc.) e outras à feminilidade. Seja ou não esse fator a causa principal na diferenciação entre a fala do homem e da mulher com relação ao que é em geral socialmente prestigioso, não há dúvida de que o sexo é uma das principais variáveis relevantes do ponto de vista sociolingüístico em todas as línguas. E há muitos casos bem documentados de diferenças dialetais relacionadas a sexo, na literatura especializada, que não refletem necessariamente as mesmas atitudes com respeito a *status* social ou aos papéis masculino e feminino do que as diferenças relacionadas a sexo que existem em nossa própria sociedade. A relação entre variação lingüística e os seus correlatos sociais é de tal ordem que as generalizações amplas em termos de variáveis como sexo, idade e classe social logo são substituídas, em determinados exemplos, por afirmações mais detalhadas e interessantes que se referem à estrutura de diferentes sociedades e às atitudes (isto é, à cultura) de seus membros.

Do que foi dito nesta seção ficará claro que a noção de idioleto é menos útil do que poderia parecer à primeira vista. Não se trata apenas do fato de que, como mencionamos antes, as pessoas podem modificar e ampliar seus idioletos pela vida afora, embora não tão prontamente, sem dúvida, à medida que ficam mais velhos (v. 1.6). Mais importante é o fato de que, como acabamos de ver, uma pessoa pode ter diversas variantes dialetais em seu repertório e mudar de uma para outra de acordo com a situação em que se encontra. Pelo menos de um ponto de vista sociolingüístico, é muito mais útil imaginar uma pessoa dominando em sua competência lingüística um conjunto de dialetos parcialmente isomórficos, cada um dos quais ela compartilha com seus companheiros de um ou outro grupo social, do que considerar o que normalmente chamamos de dialetos como conjuntos de idioletos que se sobrepõem. Variação lingüística no indivíduo e variação lingüística na comunidade são dois lados da mesma moeda.

O posicionamento apresentado é relevante para o que foi dito a respeito de significado expressivo e social no capítulo sobre semântica; eles se fundem e são interdependentes (5.1). Na medida em que expressamos a nossa personalidade e individualidade em nosso comportamento lingüístico, fazemo-lo em termos das categorias sociais que estão codificadas, por assim dizer, na variação lingüística na comunidade da qual

somos membros. Além disso, o significado social atribuído às variáveis de sotaque e dialeto é determinado, na maioria das vezes, pelo que chamamos de **estereótipos**. Podemos associar determinado sotaque ou dialeto — para não mencionar qualidade de voz, independentemente do fato de que a qualidade de voz é parcialmente determinada por fatores puramente anatômicos — com determinado traço da personalidade (por exemplo, inteligência, afabilidade, virilidade) e, na maioria dos nossos contatos diários mais superficiais com as pessoas, julgamo-nas com referência ao estereótipo. Foi demonstrado que membros de determinado grupo social reagirão positiva ou negativamente a certos sotaques e dialetos e, sem ver ou saber nada a respeito do falante, emitem julgamentos sobre sua personalidade com base em sua voz. De interesse particular é a descoberta de que não se avalia necessariamente as características de sotaque ou dialeto de seu próprio grupo social mais favoravelmente em todas as dimensões de personalidade e caráter do que as de um grupo social reconhecidamente diferente. Pelo menos em alguns casos, os membros de um grupo social mais baixo parecem aceitar a validade do estereótipo com referência ao qual os membros de grupos mais dominantes socialmente as avaliam.

As implicações na educação e nos projetos de carreira desse tipo de preconceito lingüístico — na medida em que é correto chamar a isto de preconceito (v. Hudson, 1980: 195) — são suficientemente óbvias. Voltaremos a esse aspecto da questão mais tarde (v. 9.5). O que deve ser enfatizado, no entanto, é a questão mais geral de que a personalidade é, pelo menos em parte, pela sua própria natureza, um fenômeno social. Aquilo que chamamos de personalidade é, pelo menos parcialmente, o produto da **socialização** — o processo pelo qual somos transformados em membros de determinada sociedade e participantes da cultura que a caracteriza. E o que chamamos de auto-expressão é a projeção de uma ou outra imagem interpretável socialmente. É por esta razão que significado expressivo e social, tanto em língua como em outros tipos de comportamento comunicativo, são indistinguíveis, em última análise. Como vimos nesta seção, diferenças de sotaque e dialeto podem desempenhar um papel importante na projeção de determinadas imagens sociais. A questão foi colocada com referência ao inglês. Mas ela se sustenta em termos mais gerais. Como veremos mais tarde, o inglês — em parte porque é tão altamente padronizado e em parte porque é falado como língua nativa em muitas partes do mundo e também funciona como a principal língua internacional — é bastante atípico, sob vários aspectos, enquanto espécime de línguas humanas. A variação dialetal na Índia, por exemplo, é uma questão totalmente diferente (v. Burling, 1970: 103ss). Entretanto, levando em conta diferenças de estrutura social (por exemplo, a importância de casta na sociedade indiana), o que foi dito aqui a respeito da importân-

cia social de diferenças de dialetos parece verdadeiro com relação à Índia e a todos os países onde existe um grau considerável de variação dialetal.

9.3 Padrões e vernáculos

Quando a distinção entre línguas e dialetos foi discutida pela primeira vez neste livro, afirmei que, embora de um ponto de vista histórico o dialeto-padrão de uma língua (se ela tem um dialeto-padrão) não seja de um tipo diferente do dos dialetos-não padrão relacionados, existem razões sociais e culturais para se adotar um ponto de vista diferente na descrição sincrônica das línguas (v. 1.6). É tempo de introduzir as qualificações necessárias à afirmação feita freqüentemente por lingüistas de que todos os dialetos são iguais. Por uma questão de conveniência, vou empregar o termo 'vernáculo' no mesmo sentido que tem no uso cotidiano para se referir não apenas aos dialetos-não padrão da mesma língua, mas também a dialetos não relacionados geneticamente que têm a mesma relação funcional com o padrão em certos países do que os dialetos-não padrão relacionados têm em outros. Alguns sociolingüistas utilizaram o termo 'vernáculo' num sentido mais restrito e técnico.

A padronização de determinado dialeto em relação a um ou mais vernáculos não é necessariamente o resultado de uma política proposital. Por exemplo, o inglês-padrão emergiu como tal através dos séculos em virtude da importância política e cultural de Londres; e o francês-padrão emergiu, de maneira semelhante, como conseqüência da dominância de Paris. Em cada caso, o padrão baseia-se no que foi anteriormente a fala das classes mais altas da corte ou que viviam na capital. Não estou afirmando que a padronização do inglês e do francês não foi em parte uma questão de intervenção deliberada. A *Académie Française*, fundada por Richelieu em 1635, foi apenas uma dentre muitas instituições dessa natureza estabelecidas na Europa no período pós-renascentista e com a incumbência de padronizar a língua literária nacional pela compilação de gramáticas autorizadas e de dicionários; e ela cumpre tal tarefa até hoje. Não existe um órgão comparável nos países de fala inglesa, de modo que a pergunta se algo constitui ou não um traço do inglês-padrão não pode ser respondida tão prontamente. No entanto, várias instituições, inclusive escolas, universidades e editoras, influenciadas pelos gramáticos normativos do século dezoito e seus sucessores, desempenharam um papel quase oficial na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e em outros lugares, e muito semelhante ao desempenhado oficialmente pelas academias literárias na França e em muitos outros países europeus. Entretanto, por razões políticas, o francês e o inglês são mais altamente padronizados, como línguas escritas, do que algumas das outras línguas principais da Europa. Por exemplo, a unifica-

ção política da Itália é relativamente recente; e existem vários centros de prestígio cultural, cada um dos quais ainda tem o seu próprio padrão literário ligeiramente diferente.

Em todos esses casos, poderemos observar, a língua escrita tende a ser mais altamente padronizada do que a fala dos que a utilizam. Entretanto, dada a existência de um padrão aceito para a língua escrita, este pode servir como modelo de propriedade e correção para a fala dos alfabetizados em qualquer sociedade na qual o domínio da língua escrita traz prestígio ou a possibilidade de ascensão social. As línguas literárias da Europa, que se originaram na maioria dos casos como vernáculos em relação ao latim, exerceram durante séculos a sua própria influência de padronização nos dialetos falados por pessoas instruídas, e, indiretamente, nos vernáculos em relação aos quais elas serviram como padrão. Tal influência atinge o seu grau mais alto nos estilos de fala mais formais. Conseqüentemente, o que queremos dizer quando afirmamos que alguém fala o inglês-padrão ou o francês-padrão é que o dialeto que essa pessoa usa em situações formais é mais ou menos idêntico, em gramática e vocabulário, ao padrão escrito. Em situações mais informais, entretanto, ela pode perfeitamente utilizar um vernáculo local ou mais restrito socialmente. Como veremos mais tarde, a diferença entre o padrão e o vernáculo é tão nítida em muitas sociedades que a sua diferenciação funcional, se são ou não dialetos da mesma língua, foi classificada na literatura recente da sociolingüística como um tipo distintivo de bilingüismo: *diglossia* (v. 9.4).

Existem vantagens óbvias na padronização de um dialeto determinado para finalidades oficiais, sobretudo num estado democrático que tem como ideal a alfabetização universal. O inglês e o francês, como vimos, foram padronizados durante um longo período e, em grande parte, pelo que podemos considerar como um processo histórico natural. Muito poucas línguas do mundo foram padronizadas dessa forma. Entretanto, foram feitas várias tentativas por governos para acelerar ou passar por cima do processo histórico pela seleção e padronização de determinado vernáculo para uso em educação, difusão, reuniões públicas, publicações oficiais, etc. Além das vantagens práticas de ter um único padrão para tais finalidades, há a força da associação histórica entre língua e nacionalidade e entre língua e etnia. A desvantagem de tentar implementar o processo de padronização por decisão oficial, se isto envolver a seleção de um dentre vários vernáculos distintos em uso, é o fato de que coloca os falantes nativos do vernáculo escolhido numa posição mais favorável, política e socialmente, do que os falantes nativos de outros vernáculos. É por este motivo que o inglês ainda é amplamente usado na Índia a nível nacional. Apesar de o hindi ter sido designado como língua nacional oficial (com várias outras línguas designadas como línguas regionais oficiais de maneira semelhante), ele é inaceitável como a língua nacional para a maioria dos que

falam um dos vernáculos não relacionados. Muitas das nações recentemente independentes enfrentaram problemas semelhantes. Israel, por outro lado, evitou-os ao selecionar o hebraico clássico.

Os termos 'língua-padrão', 'língua nacional' e 'língua oficial' não são, é claro, sinônimos. A ligação entre eles é que qualquer língua que é aceita pelos seus falantes como um símbolo de nacionalidade (i.e., de identidade política e cultural) ou que é designada pelo governo para uso oficial tenderá a ser padronizada, deliberadamente ou não, como uma pré-condição ou uma conseqüência deste fato em si. A relação inversa, no entanto, não se dá. Existem línguas altamente padronizadas que não são nem nacionais nem oficiais (embora possam já ter sido). Os exemplos mais óbvios são algumas das grandes línguas clássicas da Europa e da Ásia (v. 10.1). Quanto à distinção entre línguas oficiais e línguas nacionais, esta última categoria é, pela natureza das coisas, menos nitidamente definida do que a primeira. Em alguns casos, como explicamos acima, um país designará uma determinada língua como sua língua nacional oficial: i.e., a língua que utiliza para finalidades oficiais a nível nacional. Mas essa não é necessariamente uma língua nacional no sentido mais profundo e de definição mais difícil do termo. Por exemplo, a Tanzânia adotou o suaíli como sua língua nacional oficial. Mas, pelo menos até agora, isto não serve e não pode servir como símbolo de nacionalidade e identidade cultural para a maioria dos cidadãos do país, que pertençam a um número muito grande de grupos étnicos e lingüísticos distintos. Finalmente, deve-se observar que as línguas podem se tornar oficiais a um nível mais baixo do que o nacional ou para uma gama relativamente estreita de finalidades oficiais, como é o caso da Índia.

A finalidade, dessas poucas observações a respeito da ligação entre línguas-padrão, por um lado, e línguas nacionais e oficiais, por outro, é chamar atenção para a complexidade da questão e para a diversidade que existe com relação a padrões e vernáculos na maioria dos lugares no mundo. Se somos falantes nativos monolíngües de uma das pouquíssimas línguas do mundo que são altamente padronizadas e servem simultaneamente, em um ou mais países, como línguas nacional e oficial (o inglês, o francês, o japonês, o espanhol, o russo, etc.), podemos ter idéias bastante falsas sobre outras línguas e o papel que desempenham nas sociedades que as utilizam. Com efeito podemos nem mesmo entender a relação que existe entre o padrão e os vários vernáculos em nossas próprias comunidades; nem os sentimentos dos que falam uma língua nacional (por exemplo, o galês, o bretão, o basco) que, seja ou não reconhecida para determinadas finalidades, está ameaçada. Não são apenas os países recentemente independentes que têm que enfrentar um problema lingüístico. A pesquisa sociolingüística não resolverá problemas por si mesma. Mas ela pode fornecer aos governos informações relevantes à sua solução (na medida em

que eles sejam solúveis por decisão política). De uma maneira mais geral, e num nível não político, ela pode aumentar a compreensão de todos, inclusive a do lingüista teórico, sobre a natureza da linguagem. Uma boa quantidade de informação desse tipo agora está disponível em relação a certos países.

Concluindo, devemos mencionar os *pidgins* e *línguas crioulas*, que se originam como vernáculos altamente restritos de determinado tipo, mas, como línguas crioulas, podem alcançar em certas circunstâncias o *status* de padrão. Os *pidgins* mais conhecidos desenvolveram-se todos dos contatos entre povos que não tinham nenhuma língua em comum. Por exemplo, em muitas partes do mundo há *pidgins* baseados no inglês, no sentido de que parte de sua gramática é de seu vocabulário, se não de sua estrutura fonológica, é derivada do inglês usado por comerciantes e missionários para se comunicarem com povos cujas línguas eles desconheciam. Mas dizer que eles se baseiam no inglês talvez induza a erro. Normalmente uma quantidade equivalente de sua estrutura, se não mais, provém de outras fontes. Falando em termos gerais, eles são mais apropriadamente descritos como línguas mistas ou fundidas, embora seja freqüentemente incerto exatamente quais os ingredientes contidos originalmente nas misturas e em que proporções. O mesmo é verdadeiro em relação a *pidgins* baseados em outras línguas européias. Com efeito, existe uma boa dose de controvérsia ligada à noção de *pidginização*. Quaisquer que sejam os detalhes de sua origem, eles foram utilizados presumivelmente, pelo menos de início, para uma gama muito limitada de situações e eram restritos correspondentemente tanto em vocabulário quanto em gramática. Entretanto, alguns *pidgins* vieram a ser usados dentro de determinadas comunidades para uma gama maior de funções e desenvolveram-se, gramatical e lexicamente, ao ponto de serem descritos razoavelmente como sistemas lingüísticos completos.

Quando um *pidgin* é adquirido por crianças como sua língua nativa ele é considerado como crioulo. Exemplos notáveis disso são os crioulos da Jamaica, com base no inglês, e do Haiti, com base no francês. O *pidgin* melanésio ("fala *pidgin*" de Tok Pisin) e o krio são, hoje línguas-padrão oficiais na Nova Guiné e em Sierra Leone, respectivamente. Não é incomum que a diglossia se desenvolva e que a mudança de código ocorra em comunidades onde os crioulos são usados como vernáculos lado a lado com línguas ou dialetos de prestígio mais alto (v. 9.4).

Só recentemente os *pidgins* e *línguas crioulas* foram estudados como sistemas lingüísticos de direito, ao invés de como dialetos reduzidos e baseados nas línguas européias das quais se sabia ou se supunha terem derivado. Uma das conseqüências é que os processos de *pidginização* e de *crioulização* não são mais considerados como tendo sido fatores marginais no desenvolvimento das línguas e dialetos do mundo. Hoje acredita-se amplamente que o inglês negro — o dialeto vernáculo dos negros de classe baixa

das cidades no norte dos Estados Unidos — deve muitas de suas características estruturais às línguas crioulas faladas pelos antepassados escravos de seus usuários. Se assim é, constitui um dialeto do inglês hoje, com o mesmo *status* de quaisquer outros dialetos regionais ou sociais. Quando pensamos em *pidginização* e em *crioulização* (para não mencionar a *descrioulização* parcial exemplificada pelo inglês negro na América ou pelos dialetos falados por alguns imigrantes da Índia ocidental na Grã-Bretanha) em termos mais gerais, podemos ver que muito da diferenciação de dialetos que é tradicionalmente manipulada com referência ao modelo sob forma de árvore genealógica para o desenvolvimento lingüístico em processos. Por exemplo, as línguas românicas devem ser consideradas como tendo resultado da coexistência, por um período, do latim-padrão e de vários crioulos baseados no latim? Uma vez formulada a pergunta dessa maneira, mesmo se ela é em si e neste exemplo menos obviamente pertinente do que em muitos outros, podemos ver que não há nada sobre *pidginização* nem sobre *crioulização* que deveria levar a associar essas noções unicamente à chamada expansão européia ou ao comércio de escravos.

9.4 Bilingüismo, mudança de código e diglossia

Alguns países são bilíngües (ou multilíngües) oficialmente no sentido de que têm duas (ou mais) línguas oficiais, nacionais ou regionais (v. 9.3). Dois exemplos bastante conhecidos de países oficialmente bilíngües são o Canadá e a Bélgica, cada um dos quais experimentou problemas lingüísticos do tipo a que nos referimos na seção anterior. Um exemplo igualmente conhecido de um país oficialmente multilíngüe, que não experimentou nenhum problema lingüístico comparável, é a Suíça. Outros países, apesar de não serem oficialmente bilíngües (ou multilíngües), têm duas (ou mais) línguas diferentes faladas dentro de suas fronteiras. A maioria dos países do mundo enquadram-se nesta última categoria. Além disso, sejam ou não oficialmente bilíngües (ou multilíngües), existem comunidades inteiras que são bilíngües (ou multilíngües) no sentido de que seus membros utilizam comumente duas (ou mais) línguas na sua vida diária. Não é o caso, é claro, que todos os cidadãos de um país oficialmente bilíngüe (ou multilíngüe) usam, ou até mesmo sabem, mais de uma língua. O bilingüismo nas comunidades — e daqui por diante utilizarei 'bilingüismo' para multilingüismo também — é o que nos interessa aqui.

Obviamente uma comunidade não pode ser descrita como bilíngüe a não ser que um número suficiente de seus membros o seja. Mas o que significa dizer de uma pessoa que ela é bilíngüe? Podemos admitir, como ideal teórico, a possibilidade do bilingüismo perfeito, definido como com-

petência total em duas línguas, equivalente à competência que um falante nativo monolíngüe tem em uma. O bilingüismo perfeito, se é que existe, é extretamente raro, porque é raro que as pessoas estejam em posição de usar cada língua numa gama completa de situações e de adquirir, dessa forma, a competência exigida. Entretanto, não é incomum as pessoas se aproximarem do bilingüismo perfeito, sendo igualmente competentes em ambas as línguas numa gama razoavelmente ampla de situações. Nesses casos, se adquiriram ambas as línguas simultaneamente na infância ou se adquiriram uma como primeira língua e a outra algum tempo depois, as pessoas podem ser classificadas, de um ponto de vista psicolingüístico, como bilíngües **compostos** ou **coordenados**, segundo os dois sistemas estejam integrados como um único em algum nível relativamente profundo de organização psicológica, ou armazenados separadamente. Até o momento, não está claro se esta dicotomia é real e, se for, quais são as suas implicações neurofisiológicas (v. 8.3). Em casos de bilingüismo longe de perfeito, uma língua será **dominante** e a outra **subordinada**; e foi sugerido que o uso da língua subordinada envolve um processo de tradução da língua dominante num nível razoavelmente superficial, embora não necessariamente consciente, de programação psicológica de enunciados.

A classificação de bilíngües dada acima pode ou não ser bem fundada de um ponto de vista psicológico e neurofisiológico. Mas ela orientou uma boa quantidade de pesquisa recente. No mínimo, serve para enfatizar o fato de que existem muitos tipos diferentes de indivíduos bilíngües.

De modo semelhante, existem muitos tipos diferentes de comunidades bilíngües: diferentes com respeito a uma língua ser ou não claramente dominante para a maioria dos seus membros; ao fato de uma língua ser dominante para alguns, mas não para outros; ao fato de alguns membros se aproximarem ou não do bilingüismo perfeito; ao fato de ambas as línguas serem ou não adquiridas simultaneamente; e assim por diante. No entanto, independentemente de todas essas diferenças, [há algo que a maioria das comunidades bilíngües, se não todas, tem em comum: uma diferenciação funcional razoavelmente clara das duas línguas com relação ao que muitos sociolingüistas denominam **domínios**.] Por exemplo, um desses domínios poderia ser o lar, definindo-se este em termos não simplesmente do local em si onde a conversa ocorre, mas também dos participantes, do assunto da conversa, e de outras variáveis relevantes. Assim, uma língua poderia ser a língua do lar, no sentido de que seria sempre usada ao se falar informalmente com outros membros da família, em casa, sobre assuntos domésticos. Entretanto, outra língua poderia ser usada fora do lar, ou dentro dele quando estranhos estão presentes (apesar de eles poderem ser bilíngües também) ou então quando o assunto da conversa for outro que não o doméstico. Esta noção do domínio (que pode ser vista como incluindo um número de situações típicas identificáveis e recorrentes) é atraente intuitivamente.

ativamente. E grande parte dos trabalhos teóricos e descritivos em sociolingüística inspirados por Fishman (1965) tentou identificar as variáveis que definem esses domínios reconhecíveis intuitivamente para determinadas sociedades.

[Uma mudança de situação no valor de uma das variáveis que definem um domínio pode resultar em **mudança de código**.] Por exemplo, duas pessoas tratando de negócios em inglês na Tanzânia poderiam mudar para o suaíli de repente ou, se ambos são membros do mesmo grupo étnico e lingüístico, para um vernáculo local, quando o assunto da conversa muda de negócios propriamente para questões mais pessoais. O mesmo tipo de mudança de código foi observado em muitas comunidades bilíngües: na Índia, entre o inglês e o hindi/urdu, bengali, tâmil ou uma de muitas outras línguas locais; no Paraguai, entre o espanhol e o guarani; na comunidade porto-riquenha de Nova York, entre o inglês e o espanhol; e assim por diante.

Até agora nesta seção vimos falando como se a diferença entre uma língua e outra fosse sempre tão nítida quanto no caso do inglês e do francês, do espanhol e do guarani, do hindi/urdu e do tâmil, etc. Não é assim. Em primeiro lugar, a aplicação do termo 'língua' em relação ao termo 'dialeto' está sujeita a uma variedade de considerações políticas e culturais. Em segundo lugar, mesmo nos casos em que a diferença entre dois padrões (sejam chamados de línguas ou de dialetos) é suficientemente clara, pode haver uma gama completa de vernáculos intermediários determinados social ou geograficamente ligando-os, de tal modo que torna-se impossível dizer de alguns se são relacionados mais de perto a um padrão ou a outro. Por exemplo, embora dois padrões literários diferentes, o hindi e o urdu, tenham emergido na Índia sob o domínio britânico no século dezanove (e tenham-se tornado mais nitidamente diferenciados desde a independência da Índia, com a divisão política entre esta e o Paquistão), a distinção entre o hindi e o urdu como vernáculos, em termos de suas estruturas, não é realista. E existem vernáculos que são intermediários da mesma maneira entre o hindi/urdu e o bengali, ou entre quaisquer dos dois padrões regionais geneticamente relacionados que compartilham uma fronteira comum no subcontinente indiano. O mesmo se dá em muitas partes da Europa: em relação ao holandês e ao baixo alemão (*Plattdeutsch*), ao italiano e ao francês (não padrão), ao inglês e ao escocês, ao norueguês e ao dinamarquês, e assim por diante. [Em grande parte da Europa ocidental, a educação e a instrução quase universal, a urbanização, o aumento da mobilidade e outros fatores resultaram na polarização de vernáculos vizinhos na direção dos padrões nacionais ou regionais com as quais as comunidades se associam seja política, seja culturalmente.] Mesmo aí permanece o fato de que, se ampliamos o âmbito de aplicação do termo 'bilingüismo' de modo a incluir competência em dois (ou mais) dialetos-não padrão da mesma lín-

gua, por um lado, ou em um dialeto-padrão e outro não padrão da mesma língua, por outro, a distinção entre monolingüismo e bilingüismo está longe de ser clara.

Logo voltaremos a esta questão. Identifiquemos primeiro um tipo particular de bilingüismo (no sentido amplo), que os lingüistas, com base em Ferguson (1959), chamam hoje de diglossia. Existem muitas comunidades bilíngües cujos membros usam regularmente um dialeto para finalidades mais públicas ou formais e o outro em situações mais informais ou coloquiais. Dada a validade da distinção entre o formal e o coloquial (definível, talvez, para determinadas sociedades, em termos de domínios relevantes), podemos distinguir um dialeto alto (A) e um dialeto baixo (B) em termos desse critério puramente funcional. Frequentemente o dialeto A será um padrão literário, e em alguns casos o tipo de padrão literário que chamamos de clássico, ou um dialeto que dele se aproxima, enquanto o dialeto B será um vernáculo local. Por exemplo, o árabe clássico é relacionado funcionalmente desta maneira, como A para B, a vários dialetos coloquiais diferentes nos vários países de língua árabe. O alemão-padrão é relacionado semelhantemente ao alemão suíço na Suíça; o francês-padrão ao francês crioulo no Haiti; o katharevusa ao demótico (*dhimotiki*) na Grécia; etc. E, é claro, em grande parte da Europa pré-renascentista o latim foi o dialeto A em relação às línguas românicas emergentes.

Em todos esses casos, devemos enfatizar, a distinção entre o dialeto A e o dialeto B é mais do que uma diferença entre dois dialetos sociais. Pode bem ser que em muitos casos somente as classes instruídas tenham competência em A e B. Em certos casos, também, por razões culturais, o dialeto A pode ser considerado como sendo, de certa forma, uma versão mais correta e pura da língua em si: isto se dá eminentemente no caso do árabe clássico, a língua sagrada do Islam. Entretanto, para aqueles que têm competência suficiente em A e B, o uso de um ou de outro é determinado não pela classe social da pessoa como tal (seja qual for a definição disto para a sociedade em questão), mas pela situação em que ela se encontra. Nessa questão, como em outras, a distinção entre dialetos e estilos perde muito da sua força (v. 9.6). Do ponto de vista estrutural (i.e., em termos do grau de diferença fonológica, gramatical e lexical), A e B são dialetos; do ponto de vista funcional, no entanto, eles podem ser considerados como estilos. *Estilo e dialeto?*

A maioria dos casos de diglossia referidos acima encontram-se em comunidades que, embora satisfaçam nossa definição ampla de 'bilingüismo', são normalmente descritas como monolíngües: como falante de árabe, de grego, etc. Em outras, em virtude da dificuldade de dizer o que conta como língua diferente, política ou culturalmente, pode não haver um consenso definitivo, mesmo na própria comunidade, quanto ao fato de seus

membros serem ou não monolíngües. Por exemplo, existem aqueles que diriam que o alemão suíço é uma língua distinta relacionada a, e em pé de igualdade, com o alemão-padrão; há outros que discordariam disso. É mais importante reconhecer o que os vários casos de diglossia têm em comum do que separá-los em termos de se existem ou não no que normalmente se considera como comunidades monolíngües.

Chegamos agora, talvez de maneira predizível, à questão final: além daquelas comunidades onde a diglossia obviamente existe e daquelas em que obviamente não, há muitas que se situam entre os dois extremos. Por exemplo, comunidades francesas na França em geral não são consideradas como exemplos de diglossia. Mas há uma distinção razoavelmente nítida entre o dialeto A do francês-padrão ensinado nas escolas e utilizado em ocasiões formais, especialmente na escrita, e o dialeto coloquial B do dia-a-dia. As diferenças não se situam meramente no nível lexical, mas estão também no nível gramatical e, para alguns falantes pelo menos, no nível fonológico. Embora seja o dialeto A o que mais se aproxima do padrão literário, seria errôneo referir-se ao dialeto B dos círculos parisienses instruídos como um vernáculo não padrão.

Se o conceito de diglossia é aplicável com respeito a esses dois dialetos não vernáculos do francês, ele não parece se aplicar, na maior parte do mundo falante de inglês, a esta língua. Há uma diferença a delinear, é claro, entre o inglês-padrão e vários dialetos regionais e sociais. E dentro do inglês-padrão existem diferenças lexicais e gramaticais correlacionadas a diferenças funcionais na escala que vai do formal ao coloquial. Mas as diferenças entre o formal e o coloquial é menos nítida para os falantes do inglês-padrão do que para os do francês-padrão. E nenhum dos dialetos não-padrão (exceto, talvez, alguns dos crioulos baseados no inglês, se forem classificados como dialetos do inglês) encontra-se na relação de B para A com respeito ao inglês. No máximo, o que encontramos são pessoas isoladas que podem mudar do inglês-padrão para um dialeto não-padrão à medida que se deslocam de uma comunidade para outra. Isto não é incomum. Mas dificilmente conta como diglossia — nem mesmo como bilingüismo, dado o grau da influência do inglês-padrão sobre os vernáculos não-padrão e particularmente sobre os dialetos regionais. Mais uma vez as comunidades falantes do inglês mostram-se um tanto atípicas com respeito às comunidades lingüísticas do mundo.

[No entanto, não existe algo como uma comunidade lingüística típica — e esta é a principal lição que nos é dada pela pesquisa sociolingüística até o momento.] Com efeito, há tanta diversidade entre as comunidades lingüísticas falantes de inglês que temos que hesitar antes de fazer generalizações apressadas sobre o papel que o inglês desempenha nas sociedades em que é usado como língua única ou principal.

9.5 Aplicações práticas

Um dos pontos destacados em nossa discussão da distinção entre a lingüística teórica e a lingüística aplicada foi que, embora tal distinção seja bem diferente, em princípio, da que se faz entre microlingüística e macrolingüística, na maioria dos tipos de lingüística aplicada, inclusive na aplicação das descobertas tanto da lingüística teórica quanto da descritiva ao ensino de línguas, é essencial adotar um ponto de vista macrolingüístico (v. 2.1). A psicolingüística tem muito a contribuir para a nossa compreensão de como as línguas são adquiridas, seja como línguas nativas na infância, seja como segunda língua depois do período normalmente considerado como o período crítico para a aquisição da linguagem (v. 8.4). A sociolingüística também — na medida em que a distinção entre psicolingüística e sociolingüística é mais do que uma questão de preferências metodológicas e de modismos acadêmicos em mutação (v. 9.1). Particularmente, muito do que foi mencionado neste capítulo, seja encarado de um ponto de vista psicológico ou sociológico, é muito relevante para áreas reconhecidas da lingüística aplicada. Iniciando pelo ensino de línguas estrangeiras: apesar de a situação em muitas partes do mundo estar mudando, as línguas estrangeiras ainda tendem a ser ensinadas sem a devida consideração pela diferença entre língua escrita e falada, por um lado, e entre padrões e vernáculos, por outro. O ensino do inglês como língua estrangeira foi bastante aperfeiçoado nos últimos anos pelo treinamento de especialistas nas atitudes a capacidades importantes; e eles foram equipados de gramáticas de referência e de material didático contendo informações mais precisas acerca do inglês-padrão formal e coloquial do que era disponível anteriormente. O ensino de línguas estrangeiras em escolas e universidades no mundo de língua inglesa melhorou semelhantemente, mas ainda não em proporções iguais.

O ensino da língua materna apresenta problemas de outra natureza. Há provas de que os professores, como a maioria dos membros instruídos da comunidade, seja qual for a sua própria origem social, têm preconceito, de vários tipos, contra os dialetos-não-padrão regionais e sociais. Eles podem até julgar uma criança, sem querer, como menos inteligente simplesmente porque o seu dialeto (ou mesmo sotaque) é mais forte do que o de seus companheiros. A criança em si só pode ser influenciada por julgamentos negativos deste tipo, em detrimento de suas expectativas educacionais. No mínimo, portanto, uma melhor compreensão da natureza da relação entre padrões e vernáculos pode reduzir a discriminação e a injustiça involuntárias.

Mas existem questões mais profundas envolvidas que a teoria e a pesquisa sociolingüísticas podem iluminar, apesar de, no atual estado de coisas, não poderem resolver — questões altamente típicas, com uma di-

menção política. Foi argumentado que as crianças provenientes de lares das classes trabalhadoras têm um déficit lingüístico em comparação com as crianças das classes média e alta, com base nos seguintes fundamentos: (a) o dialeto-não-padrão que elas adquiriram é deficiente em comparação com o padrão; e (b) há menos discussão, e em geral um uso da linguagem funcionalmente mais restrito, no lar típico das classes trabalhadoras do que no das classes média e alta. Uma versão da teoria da deficiência lingüística baseia-se na distinção feita por Bernstein (1971) entre os chamados **código restrito** e **código elaborado**. Os trabalhos de Bernstein influíram extremamente os educadores, mas são altamente controversos do ponto de vista sociolingüístico. O código restrito é tido como não explícito e dependente de contexto (por exemplo, faz mais uso de expressões elíticas e de pronomes, que subentendem a capacidade do ouvinte de fornecer informação contextual) de um modo que o código elaborado não é. Segundo esta teoria, a criança de classe trabalhadora está em desvantagem na escola, onde o código elaborado é tido como necessário, porque os membros da classe operária, diferentemente dos de classes sociais mais altas, utilizam apenas o código restrito.

Tal como foi formulada pelo próprio Bernstein, embora nem sempre por seus seguidores, a distinção entre os códigos restrito e elaborado não deve ser igualada à distinção entre dialetos-padrão e não padrão. Por outro lado, elas estão correlacionadas, na medida em que, nas situações em que a competência de crianças é testada, o padrão elaborado é comparado com o não padrão restrito. Dado que as crianças da classe operária tendem a se colocar na defensiva em confronto com pesquisadores predominantemente de classe média, elas podem ser injustas com elas mesmas no sentido de não se saírem bem em situações de teste em que as crianças da classe média, mais autoconfiantes, demonstram controle aparentemente maior do código elaborado. Além disso, argumentam os oponentes da teoria, tem havido uma confusão, na prática se não em princípio, do código restrito com os dialetos não-padrão, porque os pesquisadores mesmos tendem a ser insensíveis à complexidade estrutural e ao potencial de comunicação de um dialeto-não padrão como o cockney ou o inglês negro. Aqueles que defendem a posição de que os dialetos-não padrão não são deficientes mas sim diferentes, e que o tipo de competência comunicativa na qual se baseiam habitualmente os falantes desses dialetos também é diferente daquela que as escolas exigem das crianças, conforme se alega, lutaram fortemente contra a teoria da deficiência lingüística.

Ninguém nega, entretanto, que, na situação vigente, as crianças que entram na escola falando um dialeto, que difere de maneira significativa do padrão enfrentam um problema que os falantes do padrão não têm. Grande parte do vocabulário e da estrutura gramatical do material didático utilizado para ensinar leitura pode lhes ser estranho. Este problema

específico talvez possa ser aliviado, até um certo ponto, pela utilização de material elaborado cuidadosamente para aproveitar a justaposição entre o padrão e determinados dialetos regionais e sociais não padrão. Mas isto significa produzir material de leitura diferente para determinados subgrupos; e torna-se impraticável em áreas onde a população é móvel e mista. Na maioria das sociedades seria inaceitável, social e politicamente, utilizar um dialeto-não padrão como veículo de instrução, exceto, talvez, oralmente e nas escolas primárias por uma extensão de tempo limitada. Por outro lado é possível tirar proveito do fato de que, pelo menos com relação a algumas línguas, existe uma gama de variação aceita e freqüentemente despercebida dentro do padrão. Isto se dá com o inglês, apesar de ser altamente padronizado em comparação com muitas outras línguas. Seria irracional, por exemplo, um professor aumentar os problemas de leitura de um falante de um dialeto-não padrão de Edinburg ou de Glasgow insistindo que ele use os verbos auxiliares da maneira como um falante do inglês-padrão do sul da Inglaterra normalmente o faz (v. Hughes & Trudgill, 1979: 20ss.).

Os problemas são particularmente graves para os filhos de imigrantes e de outras minorias étnicas. Divididos entre duas culturas, eles podem ser bilíngües de maneira imperfeita em dois dialetos-não padrão. Existem, é claro, tanto vantagens quanto desvantagens no bilingüismo e na dupla cultura, contanto que não interfiram no progresso educativo e social da criança. Hoje em dia é mais amplamente reconhecido do que já foi, em muitos países, o fato de que a língua materna de minorias étnicas deve ser encorajada, e não desestimulada como uma barreira na sua integração na comunidade mais ampla. O que se chama comumente de **manutenção lingüística** constitui hoje a política oficial de muitos países para algumas de suas línguas minoritárias, tanto nativas quanto estrangeiras, se não para todas. No entanto, é muito mais fácil formular tal política declarando-a desejável política e socialmente, do que implementá-la — ou, em determinados casos, até mesmo saber como implementá-la.

A sociolingüística — teórica, descritiva e aplicada — já deu uma grande contribuição para a nossa compreensão das implicações educacionais, sociais e políticas deste e de outros aspectos do **planejamento lingüístico**, não somente em relação aos países em desenvolvimento, mas também — e cada vez mais nos últimos anos — com referência particularmente às necessidades de minorias étnicas e lingüísticas nas sociedades industrializadas. É provável que a contribuição venha a ser maior no futuro próximo. Pois os chamados problemas lingüísticos fazem parte do problema muito mais amplo da discriminação social e cultural. E isto tornou-se muito mais urgente do que era em muitos países, por razões políticas.

9.6 Variação estilística e estilística

A noção de **variação estilística** foi introduzida no capítulo 1, onde foi contrastada, por um lado, com diferenças de sotaque e de dialeto e, por outro, com diferenças de meio (v. 1.7, 1.4).

Uma maneira de abordar o fenômeno da variação estilística é considerando o fato de que um sistema lingüístico fornece freqüentemente aos seus usuários meios alternativos de dizerem a mesma coisa. À medida que se trata de uma questão de escolha entre lexemas, podemos falar de sinonímia. Mas a sinonímia, como vimos, raramente é completa, e dificilmente absoluta (v. 5.2). Duas palavras ou sintagmas podem ser equivalentes do ponto de vista descritivo e no entanto diferir em termos de significação social e expressiva (v. 'pai' vs. 'papai'). Tais expressões sinônimas de maneira incompleta podem ser denominadas de **variantes estilísticas**: mais precisamente, de variantes não equivalentes estilisticamente. Se elas são ou não consideradas não equivalentes tanto semântica quanto estilisticamente, depende, é claro, da adoção de uma definição mais ampla, e não mais restrita, de 'significado' e de 'semântica' (v. 5.1).

Temos também que considerar expressões que são completamente, mas não absolutamente sinônimas: i.e., expressões que (a) são semanticamente equivalentes em alguns dos seus significados, mas não em todos ou (b) que diferem com respeito à gama de contextos em que podem ocorrer. Destes dois tipos de sinonímia não absoluta é o último — o que depende de contexto — que é mais relevante para a questão da variação estilística. É claro que, se uma de duas expressões sinônimas não pode ocorrer de modo algum em determinado contexto, a questão de haver uma escolha estilisticamente significativa entre alternativas naquele contexto simplesmente não se coloca. Entretanto, se duas ou mais expressões sinônimas são aceitáveis em determinado contexto, há mais duas possibilidades a distinguir. As expressões em questão vão ou não diferir quanto ao seu grau de aceitabilidade, propriedade e normalidade. Se elas diferirem quanto a isso, mais uma vez podemos falar em variação estilística. Se não, a variação não é significativa estilisticamente: estamos diante de um caso que poderia ser chamado de **variação completamente livre**.

A variação completamente livre, que compreende a sinonímia completa, é relativamente rara — sobretudo na literatura, onde os determinantes da aceitabilidade contextual são mais numerosos e mais diversos do que no uso diário e irrefletido da linguagem. Como já vimos, o termo 'variação livre' é normalmente utilizado por fonólogos para se referir ao que agora podemos reconhecer como um tipo particular de variação não completamente livre, no qual a noção de contraste funcional é restrita à função de distinguir uma forma de outra (v. 3.4). Os lingüistas da Escola de Praga sempre tiveram uma visão mais ampla da noção de contraste funcional; e

isto é coerente com o interesse deles na variação estilística de todo tipo (v. 7.3).

Muito do que está compreendido no termo 'contexto' é de natureza social e situa-se no âmbito da noção de **domínio** do discurso, definível do ponto de vista sociológico (v. 9.4). Muitos autores incluiriam dentro do contexto social de um enunciado não apenas as variáveis sociolinguísticas mais óbvias (*status*, idade e sexo dos participantes; formalidade ou informalidade da situação; etc.), mas também os sentimentos e intenções comunicativas do autor. Já sugeri que a personalidade é, pelo menos em parte, o produto da socialização, e que a chamada auto-expressão é a projeção de uma ou outra imagem socialmente interpretável (v. 9.2). Mas tal sugestão deixa em aberto a possibilidade de que algumas pessoas são mais capazes do que outras de explorar ou de transpor as restrições sociais associadas ao uso de determinados sistemas linguísticos. Existe uma discussão de longa data entre críticos literários e autores sobre estética quanto ao grau de restrição que os fatores sociais exercem sobre o uso reconhecidamente criativo da linguagem por escritores considerados individualmente. Sem preconceito quanto à resolução daquela discussão, podemos adotar a seguinte definição: na medida em que a variação estilística é determinada ou condicionada pelo contexto social, ela se situa no âmbito do conceito sociolinguístico de *registro*. Outras definições de sociolinguística também se encontram na literatura. Mas a que foi dada aqui é provavelmente a mais amplamente aceitável.

Variação estilística em geral e particularmente a variação de registro não é uma simples questão de vocabulário. Ela também afeta a gramática e, tratando-se da língua falada, a pronúncia. Por exemplo, enunciados elípticos (*Been shopping?* [por *Have you been shopping?* : "(você) esteve fazendo compras?"], *Just wanted to say "Thanks" for last night* [por *I just... : "(eu) só queria dizer "Obrigado" por ontem à noite*], etc.) e perguntas-apêndice (*You haven't seen my pen, have you?* ["Você não viu a minha caneta, viu?"], etc.) são mais freqüentes no inglês informal do que no formal. Quanto à pronúncia, existem mais casos de assimilação, de formas '*allegro*', etc., na fala coloquial distensa do que num estilo mais formal. É importante ter consciência de que os registros mais informais do inglês e de outras línguas são **regidos por regras** da mesma maneira que os registros mais formais o são. Na maioria das vezes essas regras são iminentes e não transcendentais: é o preconceito prescritivo ou normativo da gramática tradicional que tende a obscurecer este fato e que promoveu o ponto de vista segundo o qual o uso informal é relaxado e desorganizado (v. 2.4).

É importante também não confundir os registros mais informais de uma língua com os dialetos-não-padrão daquela língua (v. 9.3). Falantes do inglês-padrão utilizarão o registro informal apropriado numa gama com-

pleta de situações reconhecidamente informais: conversando com amigos ou colegas, participando das refeições diárias da família, e assim por diante. Dialetos-não padrão podem não ter a mesma gama de registros que o padrão simplesmente porque existem muitas situações oficiais e semi-oficiais em que os dialetos-não padrão geralmente não são empregados. Como já foi comentado antes, nas comunidades linguísticas onde a *diglossia* funciona a distinção entre dialetos e estilos perde muito da sua força (v. 9.4). No entanto, a distinção é válida em princípio; e ela nem sempre foi respeitada na discussão de assuntos tais como a diferença entre os chamados *códigos* restrito e elaborado de uma língua (v. 9.5).

Tudo o que foi dito antes sobre variação estilística em relação a tipos distinguíveis de sinonímia não absoluta aplica-se também a diferenças estilisticamente significativas de gramática e de pronúncia. Por exemplo, pode-se fazer perguntas em inglês enunciando uma sentença interrogativa ou, alternativamente, enunciando uma sentença declarativa com um padrão de entonação crescente distintivo:

(1) *Is it raining?*

["Está — pronome neutro de 3ª pessoa — chovendo?"]

(2) *It's raining?*

["pronome... — está — chovendo"]

O ponto de interrogação em (2) nada mais é do que uma representação convencional em inglês escrito do seu padrão de entonação distintivo; e os linguistas podem discordar quanto à questão de (2) ser uma sentença declarativa usada para formular uma pergunta (como eu a classifiquei) ou um tipo particular de sentença interrogativa. Esta diferença de opiniões é irrelevante para a presente questão. (1) e (2) diferem em estrutura gramatical; e, como enunciados, se não como sentenças, são parciais, mas não totalmente equivalentes. Além e acima de sua função de formular uma pergunta, (2) tem a função expressiva adicional de indicar ou revelar a surpresa, tristeza, indignação, etc. do falante. É claro que (1) também pode ter uma função expressiva adicional, veiculada pela superposição de determinado contorno prosódico. Mas (1) é, em si, estilisticamente mais neutra do que (2).

Um outro tipo de variação estilística condicionada pelo contexto pode ser exemplificada por

(3) *We want Watney's*

["Nós queremos Watney's"]

em contraste com

(4) *What we want is Watney's*

["O que nós queremos é Watney's"]

Dessas duas sentenças, (3) é estilisticamente neutra e (4), como (2) em contraste com (1), é estilisticamente **marcada** (i.e., não neutra).¹ Neste caso, a diferença estilística entre a construção marcada e a não marcada ou neutra não seria geralmente atribuída a variação de registro. Isto tem mais a ver com o que os lingüistas da Escola de Praga chamaram de **perspectiva funcional da sentença** e que outros trataram em termos da significação temática dos enunciados ou de sua estrutura de informação (v. 7.3). Embora (3) e (4) sejam equivalentes do ponto de vista das condições de verdade, e portanto tenham o mesmo significado descritivo ou enquanto proposições, elas não são equivalentes com relação aos contextos em que normalmente ocorreriam. Uma razão pela qual (4) surte mais efeito como propaganda do que (3) seria porque (4) dá a entender que pressupõe, como fornecido pelo contexto, o fato de que sabe-se da pessoa ou das pessoas enunciando (4) que querem algo, presumivelmente para beber. (Uma outra razão, é claro, é que a construção usada em (4) produz, nesse exemplo, aliteração e assonância.) Muito da variação estilística manipulada pelos lingüistas em termos de perspectiva funcional de sentença, ou de significação temática, é uma questão de ordem de palavras ou uma escolha entre construções gramaticais diferentes, juntamente com diferenças de acento e entonação associadas, no que diz respeito à língua falada.

A capacidade de um falante de controlar diferenças de registro significativas e de adaptar a estrutura de seus enunciados aos respectivos contextos, à luz de suas próprias intenções comunicativas, é parte integrante de sua competência lingüística: i.e., do seu conhecimento desta ou daquela língua. Por exemplo, qualquer um cuja competência em inglês é tal que ele reconheça tanto

- (5) *I have read that book*
 ["Eu li aquele livro"]

quanto

- (6) *That book I have read*
 ["Aquele livro eu li"]

como gramaticalmente bem formadas, mas que não saiba que (6) é estilisticamente marcada, e não seja capaz de colocá-la num contexto é, em relação a esta situação, menos competente em inglês do que uma pessoa que tem a capacidade de usar e interpretar (5) e (6) como um falante nativo o faria. Os falantes não nativos de uma língua freqüentemente revelam-se como tal pelos lapsos que cometem do tipo que chamamos de **incongruência estilística**: por exemplo, pela justaposição de duas expressões es-

¹ Watney's é uma marca conhecida de cerveja, vendida principalmente na Grã-Bretanha, e (4) é um dos *slogans* usados em várias propagandas.

tilisticamente marcadas, uma como coloquial e a outra como literária. Por outro lado, a incongruência estilística pode ser usada com efeitos proposicionais por humoristas e poetas. Mas este tipo de desvio da norma prova meramente que existe uma norma em primeiro lugar. A incongruência estilística é reconhecida pelo que é e alcança o efeito que alcança em relação às normas da congruência.

Pesquisas recentes mostraram que as normas da congruência estilística são, na sua maioria, de natureza estatística. Por exemplo, embora seja possível identificar certas expressões ou construções como formais ou informais, a diferença entre o inglês formal e o informal não é em geral uma questão de um conter expressões ou construções que o outro não contém. Depende muito mais da proporção entre alternativas mais formais ou menos formais em determinados textos ou discursos. Os falantes não mudam de um registro discreto para outro ao passarem de um tipo de situação, ou domínio, para outro.

Temos que enfatizar também que o que conta como estilisticamente marcado em relação ao que é estilisticamente neutro vai variar de acordo com o registro que é apropriado para determinados contextos. É hábito, na redação de trabalhos científicos em inglês, evitar sentenças ativas com o sujeito na primeira pessoa ('Eu resolvi ...', 'Nós selecionamos cinco espécimes de cada grupo ...' etc.) e fazer uso generalizado, em vez disso, de sentenças passivas impessoais ('Foi resolvido que ... deveria/seria ...', 'Foram selecionados cinco espécimes de cada grupo ...' etc.). Embora a passiva impessoal seja estilisticamente marcada em contraste com a ativa na primeira pessoa, não somente no registro informal do dia-a-dia, mas também na maioria dos registros formais, o contrário é verdadeiro para o que podemos identificar como inglês científico. Este detalhe é da maior importância pois o efeito alcançado pelo uso deliberado de uma construção ou expressão marcada estilisticamente depende de ela ser marcada estilisticamente em relação ao registro de contexto em que ocorre, e não em relação ao sistema lingüístico como um todo.

Voltamo-nos agora à **estilística** como um ramo mais ou menos bem estabelecido da macrolingüística (v. 2.1). Uma definição, à qual muitos adeririam, poderia ser a seguinte: estilística é o estudo da variação estilística nas línguas e da maneira como tal variação é explorada pelos usuários. Esta definição certamente é bastante geral: ela compreende tudo o que aqueles que usam o termo 'estilística' gostariam que compreendesse. Mas pode-se argumentar que compreende coisas demais. Sob tal definição a estilística estaria totalmente incluída no âmbito da sociolingüística (na interpretação ampla: v. 9.1) e da pragmática (v. 5.6). Alguns estudiosos ficariam satisfeitos com esta interpretação de 'estilística'.

No entanto, o termo 'estilística' é mais comumente restrito, com ou sem maiores qualificações, a **estilística literária**: o estudo da língua

dos textos literários. Mas os termos 'literário' e 'literatura' também podem ser interpretados de maneira mais ampla ou mais restrita. A literatura, como normalmente entendemos o termo em nossa cultura, não é de modo algum universal para toda a humanidade. Existe, entretanto, uma definição mais geral de 'literatura' que não se restringe à língua escrita e nem limita o termo ao âmbito das categorias e gêneros de nossa própria cultura. Como Bloomfield colocou a questão (1935: 21-2): "A literatura, seja apresentada sob a forma falada ou, como é agora costumeiro entre nós, por escrito, consiste de enunciados lindos ou notáveis por outras qualidades." Poderíamos fazer trocadilhos com os termos 'lindos' e 'notáveis'; e temos que interpretar o termo 'enunciado' de maneira que compreenda textos inteiros e não apenas os produtos de atos de enunciação únicos. Entretanto, a definição de Bloomfield tem a vantagem de nos mostrar que o que normalmente consideramos como literatura em nossa própria cultura é uma manifestação particular de algo que se encontra em todas as culturas: o reconhecimento de que certos enunciados e textos são mais dignos de preservação, repetição e comentários do que outros, em virtude de suas propriedades estéticas ou dramáticas. A literatura, neste sentido, não é apenas culturalmente universal; é uma das características definidoras de culturas mais importantes e que as distingue umas das outras.

Infelizmente, tem havido certa divisão, recentemente, entre a lingüística e os estudos literários. Isto é, em grande parte, o resultado de incompreensão e preconceito, por um lado, e das reivindicações exageradas de determinados lingüistas e determinados críticos literários, por outro, acerca das metas e descobertas de suas próprias disciplinas. Embora perdurem a incompreensão e o preconceito em muitos lugares, de ambas as partes, eles estão diminuindo. Os lingüistas não estão mais tão declarativos quanto já foram a respeito do *status* científico de sua própria disciplina (v. 2.2); e estão mais cuidadosos na sua formulação do princípio da prioridade da língua falada e na sua crítica do preconceito literário e prescritivo da gramática tradicional (v. 1.4, 2.4). E alguns críticos literários pelo menos estão cientes do fato de que a insistência do lingüista de que o uso da linguagem na literatura não é o único, nem mesmo o fundamental, é perfeitamente coerente com o ponto de vista deles, segundo o qual as funções literárias da linguagem são especialmente dignas de estudo. Com efeito, existem agora muitos estudiosos trabalhando no campo da estilística literária cujos interesses profissionais compreendem tanto língua quanto literatura, tal como esses termos são comumente interpretados em nossas escolas e universidades.

Nesta seção fizemos uma referência superficial às metas da estilística literária. É óbvio, no entanto, que a definição geral de 'estilística' dada acima — o estudo da variação estilística nas línguas e da maneira como é explorada por seus usuários — compreende também a estilística

literária, pelo menos em princípio. Pois o uso literário das línguas pode ser visto como um em que a exploração dos seus recursos em todos os níveis de sua estrutura é particularmente vistoso e criativo. A incongruência estilística, a ambigüidade deliberada, o emprego ousado da metáfora, para não mencionar a aliteração, a assonância, a métrica, o ritmo etc., que dependem em última instância das propriedades do meio fônico — esses são apenas alguns dos recursos mais obviamente lingüísticos a que um poeta ou orador podem recorrer na produção de "enunciados lindos ou notáveis por outras qualidades". A estilística literária impõe-se a tarefa de descrever esses recursos. Uma exemplificação ampla será encontrada nas obras relacionadas nas sugestões para leitura adicional.

LEITURAS COMPLEMENTARES

Além das abordagens a serem encontradas nas obras mais gerais relacionadas nos capítulos 1 e 2, as seguintes são recomendadas como introduções à sociolingüística e/ou à etnolingüística: Bell (1976); Hudson (1980); Pride (1971); Trudgill (1974).

As antologias incluem Fishman (1968); Giglioli (1972); Giles (1977); Gumperz & Hymes (1972); Laver & Hutcheson (1972); Pride & Holmes (1972).

Coleções de artigos influentes de estudiosos isolados incluem: Emeneau (1980); Ervin-Tripp (1973); Ferguson (1971); Fishman (1972a); Greenberg (1971); Gumperz (1971); Haugen (1972); Hymes (1977); Labov (1972).

Sobre sotaques e dialetos: Bailey & Robinson (1973) além dos mencionados; Chambers & Trudgill (1980); Hughes & Trudgill (1978).

Sobre o inglês negro (na América): Burling (1973); DeStefano (1973); Dillard (1972); Shuy & Fasold (1973).

Sobre *pidgins* e *línguas crioulas*: Hymes (1971) além dos mencionados; Todd (1974); Valdman (1977).

Sobre o bilingüismo e a diglossia: Ferguson (1959); Bell (1976), capítulo 5. Um clássico hoje é Weinreich (1953). Ver também Vildomec (1963); Haugen (1973). Para algumas sugestões desafiadoras sobre os aspectos neurofisiológicos do bilingüismo, v. Albert & Obler (1978).

Sobre língua e classe social (com referência particular à noção de códigos restrito e elaborado): Bernstein (1971); Dittmar (1976); Edwards (1976); Lawton (1968); Robinson (1972); Rosen (1972).

Sobre planejamento lingüístico: Fishman, Ferguson & Das Gupta (1968); Robin & Shuy (1973) além dos mencionados.

Sobre língua e nacionalismo: Fishman (1972c) além dos mencionados.
Sobre variação estilística: Bailey & Robinson (1973) além dos mencionados; Crystal & Davy (1969); Quirk (1968); Turner (1973).

Sobre estilística literária: Châtman & Levin (1967) além dos mencionados; Culler (1975); Fowler (1966); Freeman (1970); Halliday & McIntosh (1966); Hough (1969); Leech (1969); Love & Payne (1969); Quirk (1968); Sebeok (1960); Ullman (1964); Widdowson (1974).

As implicações educacionais e as aplicações práticas da sociolingüística e da estilística são levadas em conta em muitas das obras referidas acima. Devemos nos referir também às obras relacionadas no capítulo 2 para lingüística aplicada e, além disso, a trabalhos como Mackey (1965); Widdowson (1976, 1978); Wilkins (1972). Duas leituras que focalizam especificamente as implicações educacionais da lingüística, inclusive da sociolingüística e da psicolingüística, são Cashdan & Grudgeon (1972); Johnson (1976).

PERGUNTAS E EXERCÍCIOS

1. Discuta o significado social de diferenças de sotaque e de dialeto dentro de uma comunidade lingüística. (Elas servem a finalidades benéficas ou nocivas de um modo geral, consideradas do ponto de vista (a) da sociedade e (b) do indivíduo?)
2. Explique claramente a diferença entre RP e o inglês-padrão.
3. Os lingüistas e outras pessoas falam livremente de inglês britânico, inglês americano, inglês australiano etc. Estão falando de dialetos relativamente homogêneos da mesma língua? O que é o inglês britânico ou o inglês americano ou o inglês australiano?
4. "Variação lingüística no indivíduo e variação lingüística na comunidade são dois lados da mesma moeda" (p. 249). Discuta.
5. Explique e exemplifique a noção de **estereótipos** relevantes sociolingüisticamente.
6. Você concorda que a personalidade, na medida em que é expressa no comportamento lingüístico, é um fenômeno social?
7. Foi sugerido que toda a lingüística é, ou deveria ser, sociolingüística, e também que toda a lingüística é, ou deveria ser, psicolingüística. O que você acha?
8. Que distinção você faria, se fizesse, entre **bilingüismo** e **diglossia**?
9. Explique o que se quer dizer com a **padronização** das línguas. Deve ser encorajada? Se sim, como?
10. Em que medida os **pidgins** diferem dos **crioulos**?
11. Explique o que se quer dizer com **mudança de código**. Ela se aplica a falantes monolíngües ou não?
12. Forneça um relato crítico da teoria de Bernstein sobre **códigos restrito** e **elaborado** com referência particular à hipótese da **deficiência lingüística**.
13. O que é **planejamento lingüístico**? Resuma as metas e descobertas de um ou mais estudos de casos referidos nas sugestões para leitura complementar.
14. Considere as seguintes definições de estilística:
 - (a) "A estilística ... é o estudo da função social da linguagem e é um ramo do que veio a ser chamado de sociolingüística" (Widdowson, 1974: 202).
 - (b) "a estilística é aquela parcela da lingüística que se concentra na variação no uso da linguagem, freqüentemente, mas não exclusivamente, com especial atenção aos usos mais conscientes e complexos da linguagem na literatura" (Turner, 1973: 7).
 - (c) "a estilística trata dos valores expressivo e evocativo da linguagem" (Ullman, 1962: 9).

Elas definem a mesma gama de fenômenos? Qual delas você prefere, e por quê? Que distinção você faria entre estilística literária e não literária, se fizesse?